



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO I

#### **CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO**

1. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no artigo 11 da Resolução n.º 23.234/2010-TSE, de 25.03.2010 e ao disposto no artigo 15 da Instrução Normativa n.º 05/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Orçamento Planejamento e Gestão, de 25.05.2017, doravante chamada apenas de IN 05/2017, e tem por objetivo determinar os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da licitação, assegurando a viabilidade técnica, a avaliação do custo dos serviços, a definição de métodos e prazos, bem como orientar a execução e a fiscalização do contrato.

2. A presente contratação será efetuada através de licitação, na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço e observará os preceitos gerais de Direito Público, e em especial as disposições da Lei n.º 10.520/2002, combinada com o Decreto 10.024/2019, e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e será ainda subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital.

2.1. **Os serviços de telefonia móvel**, aqui definidos objetivamente, de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado, enquadram-se como serviço comum para fins do disposto no Decreto 10.024/2019.

#### **CAPÍTULO II – JUSTIFICATIVA**

1. Os serviços a serem contratados visam atender à necessidade administrativa de disponibilidade de serviços de telefonia móvel (acessos / linhas móveis) para comunicação entre clientes internos do TRE/MS (unidades administrativas, Cartórios Eleitorais, autoridades, etc.), bem como destes com seus clientes externos (eleitorado, empresas, etc.) e colaboradores (prestadores de serviços terceirizados).

1.1. A comunicação indicada na cláusula 1 se fará mediante chamadas de voz, mensagem de texto, assim como por intermédio de aplicativos de mensagens eletrônicas (como whatsapp) e de reuniões virtuais (como o Zoom), dentre outras formas disponíveis.

1.2. Além dessa comunicação, prevê-se a utilização dos serviços de dados móveis (banda larga móvel) para acesso a aplicativos da Justiça Eleitoral ou de terceiros, conforme a necessidade da unidade administrativa atendida (exemplo: uso de aplicativo de mapas pelos motoristas terceirizados alocados na Seção de Transporte).

2. A contratação pretendida tem consonância com o planejamento estratégico deste TRE/MS, uma vez que consta na sua programação orçamentária e financeira anual.

3. Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços continuados, pois:

a) a necessidade de comunicação telefônica tem caráter de perpetuidade, isto é, manifesta-se de forma constante, e sua eventual ausência pode vir a ocasionar prejuízo ou descontinuidade de serviços executados / prestados por este Tribunal, que sejam dependentes dessa comunicação; e,

b) a contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro.

#### **CAPÍTULO III – OBJETO**

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a **contratação de empresa (s) especializada (s) para prestação de serviços de telefonia móvel**, para atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

1.1. Os serviços de telefonia móvel, doravante denominados simplesmente de serviços, compreenderão, basicamente:

a) a disponibilidade da rede da operadora de telefonia móvel para realização de chamadas telefônicas locais, originadas de acessos móveis do TRE/MS e destinadas a outros telefones fixos ou móveis, do próprio TRE/MS ou de terceiros;

b) a disponibilidade da rede da operadora de telefonia móvel para realização de chamadas telefônicas de longa distância, originadas de acessos móveis do TRE/MS e destinadas a outros telefones fixos ou móveis, do próprio TRE/MS ou de terceiros, dentro do território nacional, mediante uso do código de seleção indicado / utilizado pela operadora;

c) roaming nacional;

d) o envio e recebimento de mensagens de texto (SMS);

e) acesso à internet via banda larga móvel (preferencialmente, com uso da tecnologia 4G ou superior, onde disponível);

f) a disponibilidade de sistema de gestão das linhas telefônicas móveis, onde possam ser obtidas, ao menos, informações sobre utilização das linhas, tais como: detalhamento de chamadas realizadas (data e hora da chamada, número de destino, duração da chamada, etc.), uso de banda larga móvel por período de referência; indicação de franquias de serviços, quando aplicável, e possibilidade de acompanhamento do uso das franquias; etc; e,

g) outros serviços correlatos, necessários à perfeita execução do contrato e à obtenção dos resultados pretendidos pelo TRE/MS;

1.2. O detalhamento dos serviços será feito no Capítulo V.

1.3. Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, todos os dias da semana, e 24 horas por dia.

1.4. Os serviços foram dispostos em itens ou grupos conforme a localidade (município) de ativação do acesso móvel e a franquia mínima de dados móveis prevista a ser contratada.

1.4.1. A empresa interessada não está obrigada a ofertar preço para todos os itens ou grupos desta contratação, podendo eleger aquele(s) em que deseja concorrer, de acordo com sua qualificação para a prestação dos serviços e/ou sua conveniência.

1.4.2. Os itens ou grupos desta contratação poderão ser vencidos por empresas distintas.

1.4.3. A empresa interessada em um determinado grupo de serviços deverá ofertar preços para todos os itens componentes desse grupo, sob pena de desclassificação de sua proposta.

**CAPÍTULO IV – VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

1. A vigência da presente contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contada da data de assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogada nos termos da Lei.

1.1. Justifica-se a fixação de vigência de 24 meses, de modo que a empresa interessada / contratada possa diluir os custos com a implementação e prestação dos serviços, com vistas à obtenção de preços mais vantajosos pelo TRE/MS.

**CAPÍTULO V – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

1. O objeto desta contratação é a prestação de serviços de telefonia móvel, de acordo com os padrões usuais de mercado e com as normas aplicáveis a esses serviços.

2. Para fins desta contratação, adotam-se as seguintes definições:

a) acesso de uso regular: linha telefônica móvel prevista a ser ativada de acordo com cronograma definido pelo TRE/MS e informado à empresa contratada, e a ser utilizada durante toda a vigência da contratação;

a.1) a previsão é de que parte dos acessos de uso regular seja ativada após a efetivação da contratação e a parcela remanescente até a data de realização do 1º turno das Eleições 2022.

b) acesso de uso temporário: linha telefônica móvel prevista a ser ativada mediante demanda do TRE/MS e cuja utilização se dará durante período determinado, com inativação da linha móvel após o transcurso do prazo fixado;

3. Para atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral está prevista, durante a vigência contratual, a ativação de 163 (cento e sessenta e três) acessos, sendo 148 (cento e quarenta e oito) de uso regular e 15 (quinze) de uso temporário, conforme detalhado no quadro abaixo.

Tipo de acesso	Franquia mínima de dados móveis	Quantidade de acessos	Qtde. total de acessos
Uso regular	10 GB	143	148
	20 GB	5	
Uso temporário	10 GB	13	15
	20 GB	2	

3.1. As quantidades indicadas no quadro acima são estimadas, podendo haver redução ou acréscimo de acordo com a efetiva necessidade do TRE/MS, observados os limites fixados na legislação que rege as contratações públicas.

3.2. A franquia de dados móveis indicada corresponde ao quantitativo mínimo que deve ser tomado disponível pela operadora contratada, facultando-se à operadora a oferta de franquia superior à indicada, de acordo com o seu portfólio de planos.

3.2.1. Para fins de cômputo do uso de franquia de dados móveis ter-se-á como referência o mês calendário (janeiro, fevereiro, março, etc.).

3.2.2. Em caso de utilização integral da franquia de dados móveis dentro de determinado período de referência, não poderá haver interrupção do serviço de acesso à internet via banda larga móvel, nem cobrança de taxa adicional, facultando-se à operadora contratada a redução da taxa (velocidade) de transferência de dados (download e/ou upload), em conformidade com a prática usualmente adotada pela operadora.

4. Os acessos móveis de uso regular estão distribuídos nos seguintes itens e/ou grupos (vide cláusula 1.4 do Capítulo III).

Grupo	Item	Município base	Franquia mínima de dados móveis	Quantidade de acessos
	1	Água Clara	10 GB	2
	2	Amambai	10 GB	2
	3	Anastácio	10 GB	2
	4	Aparecida do Taboado	10 GB	2
	5	Aquidauana	10 GB	2
	6	Bandeirantes	10 GB	2
	7	Bataguassu	10 GB	2
	8	Bela Vista	10 GB	2
	9	Bonito	10 GB	2
	10	Brasilândia	10 GB	2
	11	Caarapó	10 GB	2
	12	Camapuã	10 GB	2
1	13	Campo Grande	10 GB	49
	14	Campo Grande	20 GB	5
	15	Cassilândia	10 GB	2
	16	Chapadão do Sul	10 GB	2
		Corumbá		6

	17		10 GB	
	18	Costa Rica	10 GB	2
	19	Coxim	10 GB	2
	20	Deodápolis	10 GB	2
	21	Dourados	10 GB	6
	22	Eldorado	10 GB	2
	23	Fátima do Sul	10 GB	2
	24	Ivinhema	10 GB	2
	25	Jardim	10 GB	2
	26	Maracaju	10 GB	2
	27	Miranda	10 GB	2
	28	Mundo Novo	10 GB	2
	29	Naviraí	10 GB	2
	30	Nioaque	10 GB	2
	31	Nova Andradina	10 GB	2
	32	Paranaíba	10 GB	2
	33	Ponta Porã	10 GB	6
	34	Porto Murtinho	10 GB	2
	35	Ribas do Rio Pardo	10 GB	2
	36	Rio Brilhante	10 GB	2
	37	Rio Verde de Mato Grosso	10 GB	2
	38	São Gabriel do Oeste	10 GB	2
	39	Sidrolândia	10 GB	2
	40	Sonora	10 GB	2
	41	Três Lagoas	10 GB	6
<b>TOTAL DE ACESSOS</b>				<b>148</b>

5. Os acessos móveis de uso temporário estão distribuídos nos seguintes itens e/ou grupos (vide cláusula 1.4 do Capítulo III).

Grupo	Item	Município base	Franquia mínima de dados móveis	Quantidade de acessos
2	42	Campo Grande	10 GB	10
	43	Campo Grande	10 GB	3
	44	Campo Grande	20 GB	2
<b>TOTAL DE ACESSOS</b>				<b>15</b>

5.1. Os acessos móveis de uso temporário serão ativados, regra geral, em ano em que sejam realizadas eleições, pelos períodos indicados no quadro abaixo, correspondentes às demandas previstas das atividades nas quais serão utilizados.

Grupo	Item	Franquia mínima de dados móveis	Quantidade de acessos	Período previsto de ativação
2	42	10 GB	10	6 meses (julho a dezembro)
	43	10 GB	3	10 meses (março a dezembro)
	44	20 GB	2	6 meses (julho a dezembro)

5.1.1. No primeiro período de vigência da contratação, os acessos temporários do item 43 terão início de ativação após a efetivação da contratação, observado o disposto na cláusula 8 abaixo.

5.2. Os acessos móveis de uso temporário poderão ser ativados em períodos distintos dos indicados na cláusula 5.1 acima, de acordo com a necessidade do TRE/MS.

5.2.1. Neste caso, o TRE/MS comunicará à operadora contratada a necessidade de ativação de acesso móvel e informará o período previsto em que o acesso permanecerá ativo, facultando-se à operadora a fixação de prazo mínimo de ativação (que não poderá ser superior a 6 meses).

6. A execução dos serviços contratados compreenderá, basicamente:

- a) a habilitação de linhas/acessos móveis, com fornecimento dos respectivos chips (se necessários);
- b) a disponibilidade da rede da operadora de telefonia móvel para realização de chamadas telefônicas locais, originadas de acessos móveis do TRE/MS e destinadas a outros telefones fixos ou móveis, do próprio TRE/MS ou de terceiros;
- c) a disponibilidade da rede da operadora de telefonia móvel para realização de chamadas telefônicas de longa distância, originadas de acessos móveis do TRE/MS e destinadas a outros telefones fixos ou móveis, do próprio TRE/MS ou de terceiros, dentro do território nacional, mediante uso do código de seleção indicado / utilizado pela operadora;
- d) a disponibilidade de serviço de roaming nacional;
- e) o envio e recebimento de mensagens de texto (SMS);
- f) acesso à internet via banda larga móvel;
- g) a disponibilidade de serviço de identificador de chamadas;
- h) o acesso à caixa postal;
- i) a disponibilidade de sistema de gestão das linhas telefônicas móveis, onde possam ser obtidas, ao menos, informações sobre utilização das linhas, tais como: detalhamento de chamadas realizadas (data e hora da chamada, número de destino, duração da chamada, etc.), uso de banda larga móvel por período de referência; indicação de franquias de serviços, quando aplicável, e possibilidade de acompanhamento do uso das franquias; etc;
- j) quando solicitado pelo contratante, deverão ser mantidos os números das linhas/acessos já utilizados pelo TRE/MS, em razão de prerrogativa decorrente da portabilidade; e,
- k) outros serviços correlatos, necessários à perfeita execução do contrato e à obtenção dos resultados pretendidos pelo TRE/MS;

6.1. Os chips e quaisquer outros materiais necessários à habilitação dos acessos móveis deverão ser entregues na Seção de Serviços Administrativos da Coordenadoria de Serviços Gerais, sita no prédio sede do TRE/MS, na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, CEP 79037-100, Campo Grande - MS.

6.2. O acesso à internet via banda larga móvel deverá ser preferencialmente através da tecnologia 4G ou superior, admitindo-se que o acesso seja feito com uso de outra tecnologia (ex.: 2G, 3G), onde e quando aquela não esteja disponível.

6.3. A operadora deverá zelar pela adequada prestação dos serviços de telefonia móvel dentro do município base de ativação do acesso móvel, principalmente no local ou região em que está instalada a unidade da Justiça Eleitoral (vide relação constante do Anexo I-A), com manutenção da qualidade de sinal em níveis compatíveis com os padrões fixados nas normas regentes dos serviços e/ou pela agência reguladora (ANATEL).

6.4. O sistema de gestão previsto na alínea "i" da cláusula 6 deverá estar disponível para acesso via internet (plataforma WEB), mediante uso de login e senha cadastrados pelo contratante junto à operadora contratada.

6.5. Tornar disponível, sem ônus para o TRE/MS e caso seja tecnicamente possível, mediante solicitação do contratante, o bloqueio de:

- a) código de seleção de prestadora de serviço de longa distância diverso do indicado pela operadora contratada (de modo a evitar cobranças adicionais);
- b) ligações destinadas aos serviços 0300, 0500, 0900 e similares; e,
- c) o recebimento de ligações a cobrar.

7. A operadora contratada será remunerada pela prestação dos serviços indicados nas alíneas "a" a "j" da cláusula 6 acima, bem como dos mencionados na alínea "k" do mesmo dispositivo quando necessários à execução daqueles, mediante cobrança de mensalidade por acesso (linha telefônica móvel), conforme valores ofertados na proposta de preços apresentada no certame licitatório que der origem à contratação.

7.1. Os serviços terão faturamento proporcional ao número de dias de efetiva prestação, nos casos em que forem prestados por período equivalente a fração de mês.

7.2. Além da mensalidade indicada na cláusula 7, somente será admitida cobrança adicional pela operadora contratada em caso de utilização pelo TRE/MS de outros serviços de telefonia móvel de caráter específico (não contemplados nas alíneas "a" a "j" da cláusula 6 acima, ou na alínea "k" do mesmo dispositivo quando necessários à execução daqueles outros), tais como: chamadas telefônicas de longa distância internacionais.

7.2.1. Os serviços de telefonia móvel de caráter específico referidos na cláusula 7.2 não foram individualizados e quantificados para fins de precificação na proposta de preços da operadora em razão da ausência de expressividade dos mesmos em face do montante da contratação, haja vista a previsão de sua pouca ou nenhuma utilização.

7.2.2. O valor cobrado pelo serviço deverá corresponder àquele constante do plano básico (ou similar) registrado / autorizado pela agência reguladora (ANATEL).

7.2.3. O valor adicional eventualmente cobrado deverá estar indicado na fatura correspondente, com o detalhamento necessário à perfeita identificação de sua origem, não se admitindo a utilização de rubrica de caráter genérico, tal como: "despesa eventual", "serviço avulso", etc..

7.2.4. Para fins de determinação do valor da contratação, estima-se um montante de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) a ser despendido com os serviços de que trata a cláusula 7.2, durante a vigência da contratação (24 meses).

8. O prazo para habilitação de acesso móvel será de, no máximo, 15 dias úteis, contados da data de recebimento pela empresa contratada de requisição expedida pelo TRE/MS.

9. A operadora contratada deverá dispor de central de atendimento, preferencialmente via telefone ou correio eletrônico, para prestação de suporte ao contratante e registro de problemas e/ou deficiências dos serviços.

## CAPÍTULO VI – DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, DOS VALORES MÁXIMOS E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1. O valor global estimado a ser gasto, durante a vigência da contratação, é de **R\$ 244.195,38 (duzentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos)**, conforme demonstrado nos quadros a seguir.

### Linhas de uso regular

Grupo	Item	Município base	Franquia mínima de dados móveis	Quantidade de acessos (a)	Nº de meses da contratação (b)	Valor máximo da mensalidade (R\$) (c)	Valor mensal máximo (R\$) (d) = (a) X (c)	Valor anual máximo (R\$) (e) = (d) X 12	Valor total máximo (R\$) (f) = (d) X 24
	diversos	diversos	10 GB		24	64,97	9.290,71	111.488,52	222.977,04

	(01 a 13, 15 a 41)			143					
1	14	Campo Grande	20 GB	5	24	93,72	468,60	5.623,20	11.246,40
Totais				148			9.759,31	117.111,72	234.223,44

**Linhas de uso temporário (ano eleitoral)**

Grupo	Item	Município base	Franquia mínima de dados móveis	Quantidade de acessos	Nº de meses da contratação (b)	Valor máximo da mensalidade (R\$) (c)	Valor mensal máximo (R\$) (d) = (a) X (c)	Valor total máximo (R\$) (e) = (d) X (b)
2	42	Campo Grande	10 GB	10	6	64,97	649,70	3.898,20
	43	Campo Grande	10 GB	3	10	64,97	194,91	1.949,10
	44	Campo Grande	20 GB	2	6	93,72	187,44	1.124,64
Totais				15			1.032,05	6.971,94

**RESUMO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

Serviço (s)	Valor total
Linhas / acessos de uso regular	234.223,44
Linhas / acessos de uso temporário	6.971,94
Serviços adicionais (cláusula 7.2 do Capítulo V do Termo de Referência)	3.000,00
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>244.195,38</b>

2. Os valores propostos pelas empresas licitantes deverão observar os preços máximos unitários indicados no quadro abaixo.

Item	Município base	Franquia mínima de dados móveis	Valor máximo da mensalidade (R\$)
diversos	diversos	10 GB	64,97
diversos	Campo Grande	20 GB	93,72

**3. O critério de julgamento para seleção da proposta vencedora será o de:**

- a) menor preço global por item, aplicável aos itens 1 a 12 e 15 a 41; e,  
b) menor preço global por grupo, aplicável ao grupo 1 (itens 13 e 14) e ao grupo 2 (itens 42, 43 e 44).

**CAPÍTULO VII - DA FISCALIZAÇÃO**

- A fiscalização e o acompanhamento desta contratação ficarão a cargo da Seção de Serviço Administrativos – SSA, vinculada à Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG.
- O contato entre o TRE/MS e a contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.
- A fiscalização de que trata este Capítulo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo da contratada na execução do contrato.
- Caberão à Fiscalização, dentre outras, as seguintes funções:
  - acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato pela contratada;
  - operar o sistema de gestão tornado disponível pela empresa contratada;
  - orientar os demais usuários do sistema quanto às condições de utilização e dirimir eventuais dúvidas que surgirem no curso da contratação;
  - manter controle dos valores despendidos com a contratação, bem como dos saldos contratuais;
  - atestar os documentos de despesas, para fins de pagamento;
  - manter registro das ocorrências relacionadas à execução do contrato, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
  - comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela contratada, só assim produzindo seus efeitos;
  - comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da execução contratual e/ou aplicação de penalidades previstas;
  - outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

**CAPÍTULO VIII – DO PAGAMENTO**Emissão do documento fiscal

1. O documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura ou boleto com código de barras) deverá ser emitido, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a discriminação dos serviços a que se refira.

1.1. Faculta-se à operadora contratada a emissão de documento fiscal agrupador, para fins de simplificação do processo de pagamento, desde que seja acompanhado do detalhamento dos serviços e valores correspondentes a cada linha / acesso móvel contratado.

1.2. O documento fiscal será emitido **mensalmente**, a partir da data de efetiva ativação / habilitação do acesso móvel, considerando-se, para fins de faturamento, preferencialmente, o mês calendário (janeiro, fevereiro, etc.).

1.3. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

1.4. Caso se constate erro ou irregularidade no documento fiscal, a Contratante, ao seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções.

1.5. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

1.6. De modo a viabilizar o início do processo de pagamento, o documento fiscal deverá ser encaminhado à Fiscalização do contrato de modo que seja recebido por esta com antecedência mínima de 12 (doze) dias úteis da data do vencimento, em conformidade com o prazo de pagamento previsto na cláusula 2 a seguir.

#### Pagamento da nota fiscal

2. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, em conta bancária válida e ativa em nome da Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, e ocorrerá em até 12 (doze) dias úteis após a data de apresentação do documento fiscal à fiscalização.

3. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) o fiscal fará a análise do documento fiscal e das informações nele constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal apresentado pela empresa contratada, e, após, fará o atesto do documento fiscal e o seu encaminhamento à Seção de Finanças;

b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal e documentação anexa proveniente da fiscalização.

4. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

5. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor do documento fiscal, as alíquotas dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

6. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX1100)/365$

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e

a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

7. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

### **CAPÍTULO IX – DAS OBRIGAÇÕES E DOS DIREITOS DA CONTRATADA**

1. São obrigações e/ou direitos da contratada:

a) Executar os serviços decorrentes da contratação na forma e condições determinadas;

b) Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

c) Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos serviços;

d) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a estrutura (pessoal, equipamentos, etc.) necessária à perfeita execução dos serviços;

e) Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada;

f) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;

g) A contratada fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigada a aceitar os acréscimos e as supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários;

h) A empresa deverá indicar supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para atendimento ao TRE/MS;

i) Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta no Termo de Referência e na Minuta do Contrato;

j) Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais;

k) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

l) Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;

m) Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

m.1) O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);

n) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

## **CAPÍTULO X – DAS OBRIGAÇÕES E DOS DIREITOS DO CONTRATANTE**

1. São obrigações e/ou direitos do contratante:

- a) Requisitar à contratada a ativação / habilitação dos acessos móveis contratados;
- b) Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação;
- c) Requisitar a portabilidade de acessos / linhas móveis já utilizadas pelo TRE/MS;
- d) Fornecer à contratada os dados e/ou as informações necessárias à implantação e manutenção do sistema de gestão;
- e) Promover o cadastramento dos servidores que terão acesso ao sistema (operadores), e fixar os respectivos perfis de acesso, bem como se responsabilizar pela troca da senha dos mesmos em caso de desligamento, férias ou troca do local de trabalho;
- f) Receber, conferir e atestar as faturas/notas fiscais relativas ao objeto da contratação;
- g) Rejeitar, no todo ou em parte, serviços em desacordo com o contrato;
- h) Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato;
- i) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
- j) Aplicar penalidades à contratada por descumprimento contratual.

## **CAPÍTULO XI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. As sanções administrativas a que fica sujeita a empresa contratada em decorrência de falhas na execução da contratação estão disciplinadas no Termo de Contrato (Anexo II).

## **CAPÍTULO XII - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)**

1. O presente Termo de Referência visa prover serviços de telefonia móvel pessoal - SMP, nas modalidades local e longa distância e pacote de dados para atender a Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

### **A) MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

A necessidade administrativa a ser atendida é a disponibilidade de serviços de telefonia móvel (acessos / linhas móveis) para comunicação entre clientes internos do TRE/MS (unidades administrativas, Cartórios Eleitorais, autoridades, etc.), bem como destes com seus clientes externos (eleitorado, empresas, etc.) e colaboradores (prestadores de serviços terceirizados).

A comunicação indicada no parágrafo anterior se fará mediante chamadas de voz, mensagem de texto, assim como por intermédio de aplicativos de mensagens eletrônicas (como whatsapp) e de reuniões virtuais (como o Zoom), dentre outras formas disponíveis.

Além dessa comunicação, prevê-se a utilização dos serviços de dados móveis para acesso a aplicativos da Justiça Eleitoral ou de terceiros, conforme a necessidade da unidade administrativa atendida (exemplo: uso de aplicativo de mapas pelos motoristas terceirizados alocados na Seção de Transporte).

Uma nova contratação se faz necessária em face de:

- 1) o contrato atual ter sua vigência até 27/04/2022, não comportando prorrogação; e,
- 2) incremento da demanda por serviços de telefonia móvel.

### **B e C) OBJETIVOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS:**

A contratação, como mencionado antes, visa dar seguimento ao atendimento de demandas de unidades da Secretaria do TRE/MS e passar a atender demandas latentes de outras unidades da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais.

Tem-se a expectativa que a contratação produza resultados positivos relacionados com o aprimoramento da comunicação interna e externa dessas unidades, bem como com a melhoria da execução / prestação de determinados serviços da Justiça Eleitoral em que sejam utilizados os serviços de telefonia móvel

### **D) ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO:**

A atual demanda ordinária do uso do serviço de telefonia móvel na Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul inclui, mas não limita-se, a:

- Atendimento ao eleitor através de aplicativos de mensagens e ligações;
- Convocação e comunicação com mesários através de aplicativos de mensagens e ligações;
- Atendimento aos partidos políticos e candidatos através de aplicativos de mensagens e ligações;
- Atendimento processual, no formato que se denominou “Balcão Virtual”, que foi recentemente implementado na Justiça Eleitoral de nosso Estado;

A contratação que ora se propõe encontra alinhamento com o Planejamento Estratégico do TRE/MS para o período 2021/2026, vislumbrando-se contribuição para o alcance dos macrodesafios / objetivos: Aperfeiçoamento da gestão de custos e Celeridade e Produtividade na prestação

jurisdicional.

Com isso, contratar o serviço de telefonia móvel visa melhorar o atendimento da Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul ao público externo (eleitores, mesários, partidos políticos, candidatos, etc). Logo, esta contratação está totalmente alinhada com o objetivo estratégico supracitado.

E) Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI n.º 0003133-35.2021.6.12.8000, em documento de evento n.º 1148871.

**F) RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A SER CONTRATADA:**

A demanda prevista está indicada no Capítulo V, pretendendo este Tribunal realizar a contratação integral dessa demanda.

**G) SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO:**

Por ser um serviço que necessita de outorga da Anatel e que demanda alto investimento por parte das prestadoras de serviços, não são muitas as empresas com capacidade de prestar o serviço no estado de Mato Grosso do Sul. Abaixo segue lista das empresas e produtos conhecidos por este Tribunal e que conseguem atender as necessidades do TRE-MS.

Empresa	Produto
Claro	3G/4G
Vivo	3G/4G
Oi	3G/4G
TIM	3G/4G

H) O objeto do certame enquadra-se como Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, elemento de despesa: 3390.40.14, de natureza comum no mercado.

I) Como informado no Estudo Preliminar, em que pese se trate de contratação de apenas um tipo de serviço, qual seja: telefonia móvel, adotou-se o parcelamento do objeto segundo o município base de ativação do acesso móvel, de modo a viabilizar que as operadoras possam ofertar preços apenas para os municípios em que efetivamente atuem ou tenham interesse em prestar os serviços.

Em relação a Campo Grande, houve a formação de dois grupos, um deles contendo os itens referentes aos acessos de uso regular, e outro aos acessos de uso temporário. A segmentação dos itens se deu em razão da franquia mínima de dados móveis prevista para cada conjunto de acessos, e/ou pelo tempo previsto de ativação dos acessos.

J) A forma e o critério de seleção do fornecedor já se encontram indicados no Capítulo I (Pregão/menor preço) e na cláusula 3 do Capítulo VI (menor preço por item ou grupo); sendo que na fase de habilitação será exigida a comprovação da regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho, além de Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

K) Dadas as características de prestação dos serviços, não se prevê impacto ambiental.

L) A conformidade técnica e legal consta no capítulo III e IV deste termo de referência.

M) As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica de prestação dos serviços estão descritos nos Capítulos V, VII, IX e X.

**DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E DEPENDÊNCIA TÉCNICA:** A contratação dos serviços ora proposta não gerará dependência tecnológica por parte deste Tribunal em relação à empresa contratada. Os serviços de telefonia móvel são ofertados dentro de determinados parâmetros, fixados pela agência reguladora, o que, a princípio, garante a sucessão contratual.

Não há exigência especial de qualificação técnica ou formação profissional para os futuros envolvidos na execução do contrato objeto deste procedimento administrativo.

Nesta contratação serão adotados os modelos (templates) já utilizados por este Tribunal, no presente caso citamos a minuta do modelo de identificação complementar do licitante.

Lucinaldo Barbosa dos Santos  
SAF/CSG/SSA - Integrante Demandante

Márcio Naka  
STI/CITIS/SGS - Integrante Técnico



Graziela Gonçalves Silva Jurado

SAF/CRM/SLC - Integrante Administrativo

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRAÇÃO****ANEXO I-A - RELAÇÃO DE UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**

UNIDADE	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul - prédio sede	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, CEP 79037-100, Campo Grande - MS
Fórum Eleitoral de Campo Grande	Campo Grande	Rua Delegado José Alfredo Hardmann, 180, Jardim Veraneio, CEP 79037-106, Campo Grande - MS
Anexo (Almoxarifado, Arquivo Central e Depósito de Urnas Eletrônicas)	Campo Grande	Rua Delegado José Alfredo Hardmann, 184, Jardim Veraneio, CEP 79037-106, Campo Grande - MS
Fórum Eleitoral de Amambai - 1ª ZE	Amambai	RUA ANTÔNIO MARTINS DUTRA, 1521, CENTRO, CEP: 79990-000, AMAMBAI - MS
Fórum Eleitoral de Naviraí - 2ª ZE	Naviraí	AV. IGUATEMI, 159, CENTRO, CEP: 79950-000, NAVIRAÍ - MS
Fórum Eleitoral de Cassilândia - 3ª ZE	Cassilândia	RUA OLÍMPIO DIAS DOS SANTOS, 454, VILA IZANÓPOLIS, CEP: 79540-000, CASSILÂNDIA - MS
Fórum Eleitoral de Fátima do Sul - 4ª ZE	Fátima do Sul	RUA IPIRANGA, 841, JARDIM PRIMAVERA, CEP: 79700-000, FÁTIMA DO SUL - MS
Cartório Eleitoral de Nova Andradina - 5ª ZE	Nova Andradina	RUA WALTER HUBACHER, 1220, CENTRO, CEP: 79750-000, NOVA ANDRADINA - MS
Fórum Eleitoral de Bataguassu - 6ª ZE	Bataguassu	RUA ODORILHO FERREIRA, 135, CENTRO, CEP: 79780-000, BATAGUASSU - MS
Fórum Eleitoral de Corumbá - 7ª ZE / 50ª ZE	Corumbá	RUA DUQUE DE CAXIAS, 45, BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CEP: 79320-060, CORUMBÁ - MS
Fórum Eleitoral de Três Lagoas - 9ª ZE / 51ª ZE	Três Lagoas	RUA ALFREDO JUSTINO, 1100, CENTRO, CEP: 79603-000, TRÊS LAGOAS - MS
Fórum Eleitoral de Aquidauana - 10ª ZE	Aquidauana	RUA NILZA FERRAZ RIBEIRO, 400, BAIRRO CIDADE NOVA, CEP: 79200-000, AQUIDAUANA - MS
Fórum Eleitoral de Rio Brilhante - 11ª ZE	Rio Brilhante	RUA RIO BRILHANTE, 1114, BAIRRO VILA MARIA, CEP: 79130-000, RIO BRILHANTE - MS
Fórum Eleitoral de Coxim - 12ª ZE	Coxim	RUA GENERAL MENDES DE MORAES, 86, JARDIM AEROPORTO, CEP: 79400-000, COXIM - MS
Fórum Eleitoral de Paranaíba - 13ª ZE	Paranaíba	RUA JOSÉ ROBALINHO DA SILVA, 235, JARDIM SANTA MÔNICA, CEP: 79500-000, PARANAÍBA - MS
Fórum Eleitoral de Camapuã - 14ª ZE	Camapuã	RUA JOÃO DA MOTA, 461, VILA DIAMATINA, CEP: 79420-000, CAMAPUÃ - MS
Fórum Eleitoral de Miranda - 15ª ZE	Miranda	RUA 7 DE SETEMBRO, 861, CENTRO, CEP: 79380-000, MIRANDA - MS
Fórum Eleitoral de Maracaju - 16ª ZE	Maracaju	RUA APPA, 101, CENTRO, CEP: 79150-000, MARACAJU - MS
Fórum Eleitoral de Bela Vista - 17ª ZE	Bela Vista	RUA SÃO GERALDO, 65, CENTRO, CEP: 79260-000, BELA VISTA - MS
Fórum Eleitoral de Dourados - 18ª ZE / 43ª ZE	Dourados	RUA MONTESE, 435, JARDIM LONDRINA, CEP: 79814-540, DOURADOS - MS
Fórum Eleitoral de Ponta Porã - 19ª ZE / 52ª ZE	Ponta Porã	RUA BALTAZAR SALDANHA, 1591, BAIRRO DA SAUDADE, CEP: 79904-204, PONTA PORÃ - MS
Fórum Eleitoral de Porto Murtinho - 20ª ZE	Porto Murtinho	RUA CORONEL PONCE, 439, CENTRO, CEP: 79280-000, PORTO MURTINHO - MS
Fórum Eleitoral de Rio Verde	Rio Verde de	RUA SEMIRAMIS DUALIBI, 91, BAIRRO

de MT - 21ª ZE	MT	NHECOLÂNDIA, CEP: 79480-000, RIO VERDE DE MATO GROSSO - MT
Cartório Eleitoral de Jardim - 22ª ZE	Jardim	RUA TEN. ERNANI GUSMÃO, 261, CENTRO, CEP: 79240-000, JARDIM - MS
Cartório Eleitoral de Água Clara - 23ª ZE	Água Clara	RUA HARRISON CORREIA, 20, CENTRO, CEP: 79680-000, ÁGUA CLARA - MS
Fórum Eleitoral de Aparecida do Taboado - 24ª ZE	Aparecida do Taboado	RUA MATO GROSSO DO SUL, 3881, JARDIM BRANDINI II, CEP: 79570-000, APARECIDA DO TABOADO - MS
Cartório Eleitoral de Eldorado - 25ª ZE	Eldorado	RUA SÃO PAULO, 610, JARDIM DAS GREVÍLEAS, CEP: 79970-000, ELDORADO - MS
Cartório Eleitoral de Sonora - 26ª ZE	Sonora	AVENIDA MARCELO MIRANDA SOARES, 493, CENTRO, CEP: 79415-000, SONORA - MS
Cartório Eleitoral de Ivinhema - 27ª ZE	Ivinhema	RUA FRANCISCO PIERETTI, 211, BAIRRO GUIRAY, CEP: 79740-000, IVINHEMA -MS
Cartório Eleitoral de Caarapó - 28ª ZE	Caarapó	AVENIDA DOM PEDRO II, 212, CENTRO, CEP: 79940-000, CAARAPÓ - MS
Fórum Eleitoral de Bonito - 30ª ZE	Bonito	RUA OLÍVIO JACQUES, 849, VILA DONÁRIA, CEP: 79290-000, BONITO -MS
Fórum Eleitoral de Sidrolândia - 31ª ZE	Sidrolândia	RUA MINAS GERAIS, 1346, CENTRO, CEP: 79170-000, SIDROLÂNDIA - MS
Fórum Eleitoral de Ribas do Rio Pardo - 32ª ZE	Ribas do Rio Pardo	AV. NELSON LYRIO, 2354, CENTRO, CEP: 79180-000, RIBAS DO RIO PARDO - MS
Cartório Eleitoral de Mundo Novo - 33ª ZE	Mundo Novo	RUA TUPINAMBÁ, 69, CENTRO, CEP: 79980-000, MUNDO NOVO - MS
Fórum Eleitoral de Bandeirantes - 34ª ZE	Bandeirantes	RUA ARTHUR BERNARDES, 4032, CENTRO, CEP: 79430-000, BANDEIRANTES - MS
Fórum Eleitoral de Costa Rica - 38ª ZE	Costa Rica	RUA JOSÉ PEREIRA DA SILVA, 373, BAIRRO SANTOS DUMONT, CEP: 79550-000, COSTA RICA - MS
Cartório Eleitoral de Deodápolis - 39ª ZE	Deodápolis	AV. GENÁRIO DA COSTA MATOS, 730, CENTRO, CEP: 79790-000, DEODÁPOLIS - MS
Fórum Eleitoral de São Gabriel D'oeste - 40ª ZE	São Gabriel D'oeste	RUA SÃO PAULO, 2305, CENTRO, CEP: 79490-000, SÃO GABRIEL D'OESTE - MS
Fórum Eleitoral de Brasilândia - 41ª ZE	Brasilândia	RUA BARTOLOMEU VIANA CAVALCANTE, 183, JARDIM CAMARGO, CEP: 79670-000, BRASILÂNDIA - MS
Fórum Eleitoral de Nioaque - 45ª ZE	Nioaque	RUA PRIMEIRO DE MARÇO, 167, CENTRO, CEP: 79220-000, NIOAQUE - MS
Fórum Eleitoral de Chapadão do Sul - 48ª ZE	Chapadão do Sul	AV. MATO GROSSO DO SUL, 395, BAIRRO PARQUE UNIÃO, CEP: 79560-000, CHAPADÃO DO SUL - MS
Fórum Eleitoral de Anastácio - 49ª ZE	Anastácio	AV. JUSCELINO KUBITSCHEK, 1495, CENTRO, CEP: 79210-000, ANASTÁCIO - MS



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO**, Técnico Judiciário, em 05/04/2022, às 14:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCINALDO BARBOSA DOS SANTOS**, Chefe de Seção, em 05/04/2022, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO SADAYOSHI NAKA**, Técnico Judiciário, em 05/04/2022, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1183921** e o código CRC **1A28F72B**.

